

O pensamento de Golbery sobre o Brasil



“Conselho aos estadistas, estrategistas e planejadores: evitem deslocações no sistema e o perigo de rupturas, cuidando em que o processo, seja de centralização ou de descentralização, não se retarde em excesso num dos campos quaisquer em relação aos demais”

Golbery do Couto e Silva

O general Golbery do Couto e Silva, chefe do Gabinete Civil da Presidência da República, fez uma conferência secreta na Escola Superior de Guerra, no dia 1º de julho, quando defendeu a tese de que o Brasil vive períodos cíclicos de centralização e descentralização do poder e que agora chegou a vez da abertura, "a única op-

ção". Ele analisa a atual situação política brasileira, faz críticas ao individualismo dos políticos e pede, "na frente militar, um paradeiro a pronunciamentos inconvenientes que possam ser interpretados como sinal de fraqueza do governo ou divisionismo nas Forças Armadas". Esta é a primeira parte da conferência.

Uma análise da política nacional

Grande é minha satisfação em rever esta Escola, onde, de 1952 a 55, vivi das quadras mais gratificantes em toda a minha vida, já bem longa, de militar, conselheiro e diretor de associação ou empresa privada e servidor público em cargos técnicos e políticos.

Aqui senti, então, a trepidação contagiante da criatividade que inspirava esta Escola, na elaboração original de uma Doutrina de Segurança Nacional novinha em folha, autóctone de fato, por mais que em nada alheia ao que se formulava, justo naquele mesmo momento, nos laboratórios estratégicos mais adiantados do mundo. A emulação com referência a estes trazia um sentido estranho de plenitude e de exaltação, raro de ver-se, por certo, em culturas largamente dependentes por tradição, como a nossa, de focos externos de criação.

Sob a orientação de homens como Juarez Távora e Cordel de Farias — espírito empolgado e visionário, um, inteligência pragmática e sutil, o outro — mourejavam lado a lado, horas a fio e até varando noites, militares como Ernesto Geisel, Mamede, Herrera, Rodrigo Octávio e Dorval Reis, diplomatas como José Eulálio e Lauro Escorel, técnicos como Fábio Macedo Soares Guimarães, ao estímulo do convívio de estagiários da estatura de um Mário Pedrosa ou de um José Honório Rodrigues, para não citar senão nomes de quem se viria a afastar de nós por contingências dissociadoras naturais dos períodos dinâmicos das revoluções, sempre apaixonantes e sempre dramáticas, quase nunca justas.

Valioso, cremos, terá sido o legado que aqui deixamos — aquela geração — de nossa passagem, substrato sobre o qual turmas sucessivas de estagiários acabaram por construir todo o edifício de uma doutrina coerente e inspiradora, a respeito da qual, se algo há a desejar-se, é que se não anclouse, antes renove-se e atualize-se dia a dia, para garantia maior do progresso, incessante e em segurança, do País.

"Eis o que vos cabe, estagiários novos que aqui vindes"

Eis o que vos cabe, estagiários novos que aqui vindes, ano após ano, aportando promissoras sementes de saber e de civismo para o bem de nossa Pátria.

1. SÍSTOLES E DIÁSTOLES NA VIDA DOS ESTADOS

Recebendo no Palácio do Planalto, em 1975, os novos governadores eleitos, o presidente Ernesto Geisel houve por bem salientar:

"O Brasil, desde a implantação da República, é uma nação federativa em que se respeita e cultiva a autonomia dos Estados, como se proclamam e reconhecem as vantagens do municipalismo criador. Não se conseguiria, entretanto, esgotar, nessa fórmula necessariamente abstrata e genérica, o dilema, sempre presente e de equilíbrio continuamente mutável, entre centralização e descentralização administrativas. Mestre Oliveira Viana, em estudos da evolução das instituições políticas brasileiras, mostrou bem a eterna oscilação entre esses dois pólos da centralização mais rígida e da descentralização mais elástica, que teria balizado períodos sucessivos da vida nacional e, numa visão geopolítica desses fatos históricos, assinalou a importância do fator 'circulação' através de base física tão imensa."

A lição magistral da obra clássica — "Evolução do Povo Brasileiro" — é bem conhecida e pode resumir-se em algumas pinceladas:

— A vista do "ritmo secular" que, ao sistema unitário de governo, estendendo-se de Tomé de Souza a Mem de Sá, faz suceder, por cinco anos, a dualidade de governadores e, ao depois, novo período unitário até a chegada do primeiro Vice-Rei em 1640, interrompido apenas por curto lapso divisionista de 1608 a 1612, importa reconhecer que "o pensamento dominante dos estadistas coloniais é o da unidade; a duplicidade do governo é sempre uma solução provisória, uma situação excepcional, de que eles procuram sair o mais breve possível".

"Assim, o grande problema seria o de uma conciliação"

— Ante a proliferação de novos Estados e governos autônomos tanto ao Norte como no Sul — o Estado do Maranhão, o novo governo geral do Pará englobando o Amazonas, o de Pernambuco desdobrado da Bahia, o vice-reinado implantado no Rio sofrendo, por sua vez, amputação de São Paulo, donde se desligariam, sucessivamente, Goiás e Mato Grosso, o Rio Grande isolado ao Sul — vale bem a conclusão: "... durante a fase colonial, o meio geográfico não pulveriza e ganglioniza unicamente a sociedade; pulveriza e ganglioniza também o poder político, e o subordina progressivamente à sua inexorável fatalidade dispersiva".

— Assim, o grande problema seria o de uma "conciliação: a conciliação entre o princípio de unidade do governo e a tendência regionalista e desagregadora, oriunda da extrema latitude da base geográfica em que se assenta a população" e, o que é ainda mais grave, "um máximo absoluto de base física com um mínimo absoluto de circulação social e política".

— Já no Império, a fórmula seria bem outra: "... libertar-se cada vez mais dessa fatalidade é o sentido íntimo da atividade política dos estadistas do período imperial". "... a necessidade de manter a unidade política do País toma (ndo) o primeiro lugar no plano das suas cogitações construtoras" — "uma luta heróica e contínua em prol da unidade nacional contra a formidável ação dispersiva dos fatores geográficos".

— Para tanto, "a ação catalítica da pessoa real" como "força centrípeta", expediente político que aqui viria aportar por mero "acidente", ao sabor de "uma arrancada do imperialismo napoleônico", acabaria "da (ndo) aos construtores da nacionalidade a chave da solução do tremendo problema de nossa unidade política", permitindo-lhes assim "neutralizar a ação dispersiva dos fatores geográficos e mant(er) unida a nação durante os dois Impérios".

— "O período regencial vale(r)ia como uma contraprova dessa poderosa ação de presença, exercida pela pessoa do monarca sobre a massa nacional", uma vez que foi, por isso mesmo, "época da mais intensa exacerbação do espírito provincial". E, afinal, "para impedir a fragmentação do País se fez preciso o apelo a um golpe de Estado, pelo movimento da maioria".

— Mas, "na verdade, os organizadores do poderoso mecanismo centralizador do Império não resolve (riam) o problema preexistente da dispersão da massa social. O fator geográfico, com sua ação desintegradora e fragmentadora, havia sido comprimido apenas, ou dissimulado: não havia sido eliminado" (grifo do autor). "O prestígio catalítico do soberano neutraliza, aparentemente, a sua ação dispersiva, mas ele continua a agir no seu trabalho subterrâneo. Permanece latente até o fim do Império; de quando em quando explode, denuncia-se, provocando pequenas rupturas locais na formidável superestrutura de monarquia unitária." "Balalada", "Cabanada", "Sabinada", etc., outra cousa não são, com efeito, senão manifestações daquela "represália das causas geográficas comprimidas na sua ação", de que fala Vidal de La Blache... "Estabelecer um máximo de unidade política sobre um máximo de base física, sem o indispensável máximo de circulação, é, evidentemente, violar as condições naturais da atividade político-administrativa: sem o prestígio da realeza ... os estadistas conservadores não o teriam conseguido."

— A idéia de descentralização, no entanto, "trabalhava com ... veemência e tenacidade para modelar as novas instituições políticas". Daí as tentativas de "descentralização pelo municipalismo" buscada pelo Código do Processo, de 1832, e de "descentralização pelo provincialismo" promulgada pelo célebre Ato Adicional, o qual não resistiria, porém, à grande reação conservadora de 1840, com sua demolidora lei interpretativa. Haveria que esperar-se o desprestígio da fórmula monárquica, alvo, por então, de ataques renovados em todas as latitudes do globo, e, ainda, o desgaste de seu "grande fetiche" no Brasil, o monarca-filósofo, sábio e austero, ora envelhecido e enfermo. A República surgiria pois, sem maiores abalos, aos olhos de um povo alheio e bestificado, para tentar novamente, no quadro agora de uma circulação melhorada, a velha equação colonial: manter-se a "integridade da nação pela fragmentação do poder", como diz o mestre.

"Tudo parece assegurar ao poder central o triunfo definitivo"

— Instalada precariamente a República Federativa, as forças desagregadoras, mal contidas de início pelo acaso das ditaduras militares de Deodoro e de Floriano, e sujeitas, ademais, ao derivativo, breve embora, do chamado "enclivamento", acabariam por desaguar no "período tormentoso das revoluções civis". Aos poucos, porém, o poder estadual dominaria e absorveria o poder municipal, ao mesmo tempo que se afirmava a hegemonia do Executivo, em cada Estado, sobre os outros dois poderes, o Legislativo e o Judiciário — em novo estágio intermediário de centralização, já agora em bases regionais.

A análise de Oliveira Vianna terminaria nesse momento histórico tão contrastante a nossos olhos de hoje, que assim definiria: "As limitações constitucionais e as contingências políticas fazem, no atual regime, do poder central um poder dependente e enfraquecido, subalterno a vinte situações estaduais". Eramos mal entrados na terceira década do século. Mas isso não impediria o grande sociólogo e politólogo *avant la lettre* de registrar "a mesquinhez e a insuficiência da ação administrativa dos poderes locais" e "o sentimento cada vez mais generalizado da incapacidade das administrações estaduais". Daí, a justa previsão com que encerra o seu ensaio brilhante: "Tudo parece, pois, assegurar ao poder central, no futuro, sobre as forças centrífugas do provincialismo e do localismo, o triunfo definitivo".

Estariam por vir, ainda, na estelra do largo período de revoluções intermitentes que se reabririam em 1922, a ditadura improvisada e breve de 1930 e a fase longa do Estado Novo de 37, ao influxo já, estas, da nova vaga autoritária e fortemente centralizadora que varreria o mundo todo, levando-o afinal ao tremendo holocausto da 2ª Guerra Mundial.

Na onda da intoxicação liberal que se seguiria à vitória aliada, desmoronaria, mais tarde, o arcabouço ultracentralizador do Estado Novo getulista e a Constituição de 46 viria a consagrar os velhos ideais descentralizadores e autonomistas, com drástico cerceamento do Poder Executivo em face do Legislativo e redução do poder central da União, o que acabaria muitos outros fatores contribuindo largamente, ao mesmo tempo, na quase anomia de 1963/64.

"Na fase ascendente da centralização surgem os germens da própria descentralização"

A Revolução de 31 de março, sem quaisquer propósitos definidos de centralização ou de autoritarismo — ela que, afinal, nem pensava em durar mais que um simples instante de redenção — seria gradativamente empurrada a esposá-los, afirmar e reafirmá-los: a princípio, como simples expedientes temporariamente indispensáveis à própria manutenção da ordem pública recém-instaurada, ao saneamento da economia altamente inflacionada e combalida e, pouco depois, às investidas irracionais de um terrorismo urbano-rural sem compromissos quaisquer com a realidade nacional; lentamente, reinterpretados esses meros expedientes como elementos essenciais à reconstrução nacional e à criação, afinal, da grande potência emergente de nossos sonhos.

Já, então, interfeririam, no dilema centralização — descentralização, fatores outros, ponderáveis, que o Presidente Geisel não deixara de ressaltar naquele seu pronunciamento antes citado:

— "a proliferação incessante de vias e meios modernos de transporte, a par da trama de feixes de comunicações eletrônicas quase instantâneas, recobrando a maior parte do território nacional" — um máximo de circulação de bens, de pessoas e de idéias permeando a vasta base territorial; e, de outro lado,

— "a era do planejamento estatal, do qual não poderá prescindir, daqui por diante, qualquer país que não deseje socobrar na estagnação e na miséria, antes se esforce por impulsionar o desenvolvimento integrado da Nação nos campos político, psicossocial e econômico. E planejamento, em sua elaboração e em sua execução, que exige, de qualquer forma, dose larga de coordenação e de controle, tanto maior quanto menos desenvolvido e, pois, mais vulnerável a pressões externas, for o país de que se trate".

E acrescentaria:

"Assim, temperado embora pelas potencialidades muito acrescidas que lhe oferecem os modernos sistemas de comunicações e transportes, encurtando distâncias e salvando obstáculos, o Brasil de nossos dias ingressou, já se vão muitos anos, num período de supremacia indiscutível da centralização sobre a descentralização, modelando em tal sentido os conceitos, nem por isso traídos, do federalismo e da autonomia estadual".

E concluiria, quase que numa advertência:

"Temos sabido, graças a Deus e à flexibilidade que Ele concedeu à nossa gente, adaptar-nos agilmente, desde os remotos tempos coloniais e passando pelo Império e a 1ª República, a essa permanente oscilação entre centralização e descentralização que tão bem caracteriza a evolução do povo brasileiro."

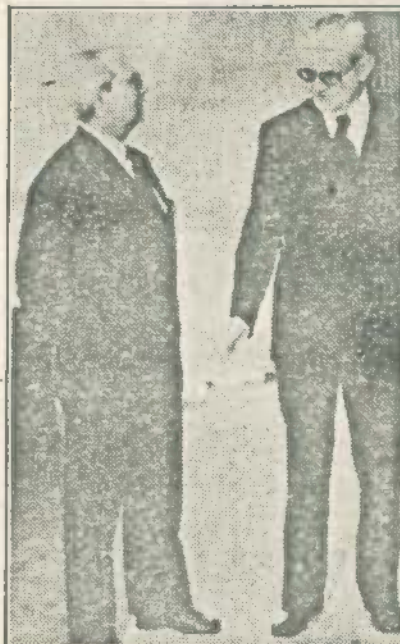
Surgimento do novo período de abertura

Cinco anos são passados e, sem dúvida, novo período de descentralização e abertura se oferece frente a nós.

É que essa sucessão, ao que parece interminável, de fases de centralização e fases de descentralização, desponta como característica sempre presente na evolução, não só do Brasil, mas de todos os Estados modernos, desde que se não lhe empreste a rigidez de um ritmo regular seja na amplitude das oscilações, seja na duração de cada fase, antes se lhe reconheçam limites — pisos e tetos — definidos, embora também com frouxidão, por outros fatores, muitos deles nada mais que contingentes ou conjunturais. Cada uma daquelas fases comportará, ainda, desvios e retrocessos — mais ou menos pronunciados ou duradouros, modulando na superfície a tendência, em subjacência, de um ritmo mais abrangente que se contará por décadas. Além disso, cada época histórica, com seus parâmetros específicos de espaço e de tempo a condicionarem toda e qualquer equação de circulação e, pois, tanto a permeabilidade da base física do Estado à difusão de idéias, ao intercâmbio de bens à modelidade horizontal de pessoas e grupos sociais, como, sobretudo, ao alcance efetivo das ações de comando e de controle — admitirá um máximo e um mínimo de centralização ou descentralização que lhe serão imanentes e, assim, intransponíveis de fato.

Em qualquer caso, longe estamos da conceitualização muito mais rica e objetiva da periodização histórica, na qual não deixaria de inserir-se esse dado a mais, inferido da análise dos fatos da bruta realidade.

Nem início definido nem fim apresenta sequer cada fase daquelas; antes, domina aí a fluidez permanente e incontornáveis processos cumulativos. Mais fácil talvez seja assinalar-se-lhes o máximo ou clímax, em momento talvez pouco expressivo dentro de uma faixa, larga e difusa, de maximização.



Golbery não esconde sua admiração por Ernesto Geisel

Na realidade, a vida do Estado é multiforme, estendendo-se-lhe a ação promotora, controladora e inibitória ou coercitiva a campos vários e múltiplos setores, todos interdependentes de fato e que mal se enquadram em qualquer das costumeiras demarcações não mais que didáticas — campos político, econômico, psicossocial e militar, por exemplo. Mesmo admitida uma destas qualquer, a verdade é que a centralização ou a descentralização, como processo que se propague desigualmente em meio anisótropo, e apesar da aceleração e desaceleração sucessivas que caracterizam a ambas, uma em oposição à outra, no entanto, como verso e anverso que são de uma mesma realidade e nada mais — não deixarão de apresentar, de um campo a outro, avanços e retardos mais ou menos pronunciados, todos aliás sempre em variação. Em dado momento, o processo de centralização (ou descentralização) estará mais avançado, por exemplo, no campo político do que no campo econômico — ora muito mais avançado, ora um pouco menos. E isso corresponde à noção de "retardo cultural" de que trata a sociologia de Ogburn.

Assim sendo, como dizer-se que o processo, em seu conjunto, estará mesmo mais adiantado hoje do que há um ano, já que qualquer ponderação valorativa nem cabe entre campos diversos, aliás mal definidos e nunca estanques? Quando muito, em algumas configurações, será possível fazê-lo, nada mais que de modo relativo, com algum grau de segurança e precisão.

O fenômeno do retardo cultural, ao manifestar-se no seio de um complexo integrado e, por definição, sistêmico e onde opera o mecanismo realimentador do feedback e a regulação do tipo homeostático, traz consigo a noção de um potencial catastrófico de ruptura ou deslocação do sistema e, portanto, o conceito de limites impostos à magnitude daquele retardo. Ao atingir este certa dimensão, é evidente que passará a atuar como fator de desaceleração e freada do processo todo, com repercussão nos demais campos. A menos que o processo em marcha tenha tal vigor que desencadeie impulsos renovados no setor retardado, reduzindo-se, em consequência, a defasagem freadora.

Aí está por que, em geral, o processo centralizador, tanto como o de descentralização, avançará — se avançar — como que num movimento ondulatório — nunca progredindo linearmente, portanto — através dos campos todos em que se veja, artificialmente embora, decomposta a realidade, de si mesma íntegra e indivisível.

Conselho aos estadistas, estrategistas e planejadores: — evitem deslocações no sistema e o perigo de rupturas, cuidando em que o processo, seja de centralização ou descentralização, não se retarde em excesso num dos campos quaisquer em relação aos demais. Por outro lado, apliquem estímulos bastante fortes no campo que seja mais propício, segundo a velha tática do aproveitamento das linhas de menor resistência, para provocar ou facilitar a progressão, também, em outros campos mais retardados ou resistentes. Quan-

do não, ao contrário, instituir bloqueios ou balizamentos bem visíveis naquele campo mais permeável, para conter as forças impulsionadoras de maior pressão que possam resultar desagregadoras ao progresso de conjunto.

Apelemos, agora, a uma visão dialética, Marx excluído se quiserem. Imbricados como são, verso é anverso de um mesmo processo único apreciado em sentidos opostos, tese e antítese imersas numa síntese que é o que lhes assegura, através de si mesma, a existência de ambas — a centralização como a descentralização estão presentes, as duas, a cada momento, o processo evolutivo de qualquer delas acarretando, inexoravelmente, o surgimento de fatores intrínsecos da outra que assim nasce da primeira, em seu seio é gerada e dela se alimenta, crescendo até afirmar-se e inverter, afinal, os termos da equação de equilíbrio permanente em que se traduz a existência de ambas em sua imaneente oposição.

“A Revolução de março nem pensava em durar mais que um simples instante de redenção”

Na fase ascendente da centralização produzem-se, portanto, germens da própria descentralização, obstáculos que começam desde logo a opor-se à primeira, mas sem força de retardá-la, quando mais deté-la; tudo se passa assim, até que a centralização atinja seu clímax; a partir de então, os fatores em oposição ou obstáculos começam a preponderar, freando o processo de centralização cada vez mais, até reduzi-lo à inoperância.

Assim, por exemplo, a bête noire de Robert Michels, ao revisar a conhecida tipologia de Max Weber, essa tão denegrida e temida burocracia que, com todas as suas disfunções, surge e viceja mais e mais no processo de centralização da vida dos Estados — como de quaisquer outras instituições sociais, sejam grandes empresas, seja igreja de qualquer denominação —, acaba por se lhes tornar um freio decisivo ao próprio crescimento, passando a constituir obstáculo intransponível pelas dificuldades que cria e, dia a dia, multiplica, ao cuidar muito mais de si mesma, de suas mesquinhas querelas de poder e prestígio entre grupos influentes diversos, e de sua preservação e continuismo, do que do próprio processo de centralização racionalista e planejador, a que deveu seu nascimento e a preponderância de seu difuso, mas onipresente, poder. E isso é, aliás, até confortador...

Com a burocracia em expansão, auxiliada pela sofisticação incessante dos meios de comunicação e de reprodução, difusão, arquivo e recuperação imediata de informações e documentos, tudo se passa como se aumentasse aceleradamente a entropia do sistema, multiplicando-se e acumulando-se as perdas devidas a ruídos parasitas na vasta tela, essencial, da rede de controle e comando (C3). Que faltará, então, para o ocaso, não apenas do Ocidente como profetizara Spengler, mas agora de todas as sociedades pós-industriais das classificações de Raymond Aron e Daniel Bell, de todas que lhes seguem o modelo atraente da superprodução, do obsoletismo programado e da excitação do “consumismo” inflacionador?

Na descentralização estará, pois, a salvação...

E que dizer-se, por outro lado, quanto à vida de relação dos Estados-Nações em sua trajetória prenhe de tremendos presságios, desde que o Tratado de Westphalia lhes deu foros de protagonistas principais do palco da história primeiro européia e, depois, universal?

Em conhecido estudo, de larga difusão nesta Escola em meu tempo, Klineberg assinalava com amplos dados demonstrativos a sucessão de fases de introversão e de extroversão na atuação dos Estados dentro do campo internacional. O exemplo mais saliente dos Estados Unidos da América, ora recolhidos, ensinados à fortaleza americana, segundo velho conselho de Washington, ora lançando-se a perigosas cruzadas redentoras em terras distantes, seria dos mais instrutivos nesse particular.

Nem tendências seculares — como a do Império moscovita à expansão persistente e sempre insatisfeita ou a da China, eternamente encravada em posição central que lhe valeria o título de Império do Meio — chegam a infirmar tal interpretação histórica, uma vez que traduzem apenas, no quadro dinâmico desta, características dominantes de comportamento.

Certo, não caberia aqui qualquer análise mais detida desse movimento pendular que, com nitidez maior ou menor, se poderia discernir também da vida de outros países; basta referi-lo, apenas para consignar a indagação de como se ajustaria ele às fases sucessivas de centralização e descentralização que entendemos detectar na evolução de cada Estado. Corresponderá o período de introversão a uma fase centralizada e, o de extroversão, ao revés, à de descentralização, como intuitivamente talvez pareça? Se considerarmos, porém, que um Estado de governo centralizado se acha, de fato, melhor aparelhado para conduzir ações decisivas, bem coordenadas, no Exterior — a dúvida instala-se desde logo quanto a essa conclusão, talvez precipitada. Só uma atenta análise comparativa de numerosos exemplos históricos, nos moldes das pesquisas de Richardson e Quincy Wright sobre a guerra, permitiria deduzir algo de consistente nesse particular.

Fiquemos, portanto, restritos à imagem anterior, mais geral e bem mais flexível, da sucessão de fases de centralização e descentralização na vida interna dos Estados, a qual parece encontrar fácil comprovação através dos fatos históricos, e, em particular, no caso brasileiro.

Dessa forma, como que pulsa, vivo, o coração do Estado, na sequência interminável de diástoles e sístoles — sujeita como tal a arritmias, isquemias e enfartes, bradi e taquicardias, quando não a fibrilações altamente perigosas.

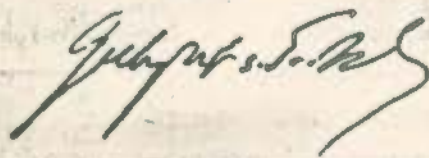
No próximo domingo, a segunda parte da conferência do general Golbery do Couto e Silva.

Golbery define estratégia de Figueiredo

Na segunda parte de sua conferência na Escola Superior de Guerra, o chefe do Gabinete Civil da Presidência da República definiu a tática política a ser usada pelo governo Figueiredo para obter a "institucionalização de um sistema democrático mais aperfeiçoado": é preciso "consolidar e ampliar as pró-

prias forças, mantendo sempre dissociada a frente oposicionista", por meio do "atendimento privilegiado" de um ou outro grupo, "em detrimento dos demais". Uma "hábil manobra de cooptação", acrescentou, servirá ainda de base para a criação de "uma nova relação de forças políticas".

“A hipertrofia do Executivo acabaria por anular a atividade legislativa do Congresso, quase que limitado a cancelar projetos de iniciativa do poder maior”



O superministro explica como dividir a oposição

O superministro explica como dividir a oposição

2 — O MOMENTO BRASILEIRO (1980 -4t)

Ora, como já referimos, o Brasil, com a revolução de 1964, ingressou, quase sem o perceber, numa fase de centralização acelerada que iria permear todos os campos e setores da atividade do Estado, do político ao econômico e deste ao primeiro em reforço recíproco, extravasando-se, aos poucos, a todos os recantos da sociedade nacional em manifestações psicossociais telecondicionadas, senão até mesmo comandadas, desde o governo central.

Anemiava-se a estrutura federativa, já de si há muito combatida, e o municipalismo nada mais viria a ser do que mero conceito a que se continuaria a render homenagem, vazio agora de qualquer conteúdo mais denso. Em nome de um planejamento estatal, proclamado, embora, como devendo ser democrático e nada mais que indicativo, e da segurança nacional episodicamente ameaçada, de fato, por inesperado surto terrorista, o processo de centralização-político-administrativa progrediria a largos passos, à medida que novos impulsos inflacionários e repetidas dificuldades no balanço de pagamentos, mesmo que decorrentes, em larga proporção, de incontáveis fatores externos, voltassem a desequilibrar o sistema econômico sob pressões insuportáveis.

Em franca escalada cumulativa, a centralização administrativa e política acabaria por concentrar na União e, dentro desta, no Poder Executivo, a suma do poder público, ao qual nem poderiam atingir pequenas rebeldias distantes, muitas delas até simplesmente ignoradas, enquanto desafios mais fortes ou próximos encontrariam sempre ágil e decisiva repressão.

"A máquina estatal paternalista ver-se-ia expandida cada dia mais"

A máquina estatal paternalista, a cuja interferência se recorreria mais e mais em todas as circunstâncias e desde os mais longínquos rincões, ver-se-ia expandida cada dia mais para atender tais exigências e as exigências, também, de um controle permanente e eficaz de suas acrescidas ramificações tentaculares. Expandir-se-ia, pujante, a burocracia, quase nunca bem orientada e esclarecida, atuando em muitos casos em rebeldia disfarçada ou persistente resistência passiva para exclusivo benefício próprio.

Essa lamentável realidade avultaria, sobretudo, com a proliferação de fundações evidentemente fictícias e, na administração indireta, a de novas empresas públicas ou de economia mista, tanto na União como nos Estados, dotadas todas de estatutos privilegiados e larga dose de autonomia, não de todo visível, aliás. Daí, a necessidade da multiplicação de novos instrumentos centralizados de controle. E a reação natural à excessiva centralização far-se-ia, assim, em nome de uma eficiência a exigir decisões imediatas justo ao nível da execução, clamando por uma descentralização que acarretaria, em círculo vicioso, inevitável reforço à própria cadeia de controle.

Também no campo social estiolar-se-iam as iniciativas individuais ou comunitárias, de si mesmo já raras, vegetando todas à míngua de recursos próprios e a mendigar sempre, às portas do Tesouro Nacional e de seus prepostos, escassas verbas de socorro, insuficientes de todo, além de aleatórias e libera-

das com intermináveis exigências e retardos. Com elas competiriam, ainda, organizações múltiplas criadas pelo Estado, em âmbito nacional, cada uma delas com vicejantes e custosas estruturas próprias e a competirem também vigorosamente entre si.

A hipertrofia do Executivo acabaria por anular a atividade legislativa do Congresso, quase que limitado a cancelar projetos de iniciativa do poder maior, quando não se abstendo perante eles. Em assuntos decisivos, o Poder Executivo substituir-se-ia até mesmo ao Judiciário no julgamento e punição de quem se insurgisse contra ele, recorrendo para tanto a diplomas de exceção.

Nesse quadro de crescente centralização, a inércia própria da máquina administrativa estatal aumentaria dia a dia, entorpecendo o próprio processo de tomada de decisões — estas, cada vez mais complexas e de repercussões mais abrangentes, graves e distantes tanto no tempo como no espaço — e anulando a eficiência dos controles, em vão multiplicados e, em larga medida, até mesmo contrastantes entre si.

Marchava-se inconscientemente para o máximo de centralização a par de um máximo de inoperância, numa concentração que se poderia talvez comparar no extremo final, com ironia, aos "black holes" detectados pela astronomia moderna e dos quais nem a luz consegue escapar à atração gravitacional incomensurável.

Assim prosseguiriam e acabariam mesmo as cousas, se forças em oposição, geradas pela própria dinâmica dialética do sistema, não passassem a manifestar-se e a atuar cada vez com maior intensidade, freando o processo, segundo mecanismo anteriormente apontado.

Em meados da década de 70, talvez se haja atingido o máximo de centralização político-administrativa. A partir de então, esforços conscientes do Governo Federal somar-se-iam àquelas tensões freadoras, surgidas naturalmente no seio do próprio sistema. A consciência do fenômeno já alarmante, por outro lado, iria contagiando aos poucos as várias camadas da população, a partir de seus quadros dirigentes e despertando assim iniciativas, protestos e reações em favor de uma descentralização que mal se esboçava então, mas, dia a dia, iria se afirmando. Nesse quadro, a desburocratização seria uma bandeira natural.

"O campo mais retardado seria o político, sobretudo em seu setor fronteiriço, o da comunicação social."

O campo visivelmente mais retardado e onde surgiriam, desde cedo, reações até mesmo inspiradas ideologicamente ante o alvo fácil do autoritarismo crescente e indistinto, seria o campo político, sobretudo em seu setor fronteiriço da comunicação social. A censura à imprensa, de difícil manejo, que se requeria ao mesmo tempo inteligente e eficaz, atrairia a pressão quase insuportável dos ataques mais veementes, mobilizadores de generosas simpatias e múltiplos apoios, donde contundentes e produtivos.

Não é de admirar-se, pois, que o esforço descentralizador, conscientizado, do governo viesse a assumir o figurino de uma abertura política democratizante, desencadeada justamente através da liberação progressiva dos con-

troles da censura. Nem, tampouco, que esse estágio inaugural do processo exigisse, para que não escapasse a qualquer controle, prazo bastante longo e condução vigilante e ativa. É que se impunha conter, desde logo, inevitáveis excessos, balizando-se limites mais ou menos definidos à permissividade. E, por outro lado, ganhar, a despeito de inevitáveis recidivas do poder coercitivo, suficiente grau de credibilidade quanto às intenções próprias e, pois, ao futuro de todo o processo liberalizante.

Tanto mais se faria isso imperioso, quanto fortes pressões continuariam advindo dos outros campos: sob dramáticas ameaças de crise séria, em consequência de renovados impulsos inflacionários e desequilíbrios irredutíveis no balanço de pagamentos, cruelmente afetado pela multiplicação incessante do preço do petróleo importado — o campo econômico; e sob tensões crescentes, sobretudo nas explosivas periferias dos grandes centros populosos e nas zonas do interior mais perturbadas por sucessivas calamidades climáticas

— o campo psicossocial. Tais pressões trabalhavam todas intensamente no sentido de maior centralização, pois requereriam maior rigidez de todo o sistema de controle social e apontariam, alarmantes, para os perigos de deslocação e ruptura da estrutura social, sujeita a tensões insuportáveis no quadro do binômio centralização-descentralização.

As cartas estavam lançadas, porém. A descentralização, mediante liberalização da censura à imprensa — primeiro passo — e da abertura democrática ainda não completada hoje e que se lhe seguiria quase inevitável, viria a instituir-se na área política e de maneira decisiva, renunciando seu extravasamento, mais cedo ou mais tarde, aos demais campos onde se manifestavam resistências ainda bastante fortes, sobretudo no setor crítico da economia.

"Governo versus oposição, Revolução versus anti-revolução"

Partira-se, em verdade, de uma situação duplamente bipolar — governo versus oposição, Revolução versus anti-revolução — sujeita, a todo momento, a perigosas radicalizações, sempre difíceis de dissolver ou neutralizar. Não é que aqueles termos polares coalescessem sempre num só dilema — governo seria, por definição, a revolução no poder ou revolução institucionalizada e legal; a oposição, bifronte, ficaria teoricamente seja à direita, capitaneada pelos que se intitulariam revolucionários legítimos — os eternos "puros", "falcoes" ou "jacobinos", a "linha dura" —, seja à esquerda, em larga faixa bem matizada onde se situariam subversivos, contestadores, insatisfeitos e saudosistas. Mas, ideológica ou estrategicamente adversos, esses dois grupos, na prática, freqüentemente se aliariam, demonstrando mais uma vez quanto a esquerda e a direita estão bem mais próximas uma da outra do que das forças do centro, nesse espectro de tendências políticas que não é, de forma alguma, retilíneo, antes obedece aos moldes de uma circunferência quase fechada. Seriam alianças as mais das vezes táticas e, ao mesmo tempo, tácticas — o que permitiria dar-se-lhes sempre tratamento diferenciado a um e outro componentes. Tratamento que, de alguma forma, sempre ajudaria a mantê-los dissociados.

Dai a óbvia manobra que se ofereceria ao governo, em posição central forte entre os dois grupos de opositores: mantê-los, sempre que possível, separados e alternar ações de contenção, senão de contra-ataque, entre um e o outro, garantindo, para si mesmo, espaço de manobra cada vez maior e, pois, maior liberdade de ação para concretização de seus próprios objetivos políticos, sem interferências desastrosas ou perturbadoras. Manobra simplesmente defensiva — dir-se-á — mas que, instrumental apenas, criaria condições necessárias e suficientes para a atividade maior de construção política que a ela se seguirá, triunfante. Manobra estratégica em proveito da manobra política, superior e criativa.

A eliminação de um e qualquer daqueles grupos, reforçando o esquema bipolar, levaria, no entanto, à definição de uma só frente de oposição, contínua e não desbordável, contra a qual só caberiam, daí por diante, manobras medíocres de simples empuxo frontal, senão de mútuo desgaste pelo atrito.

Tal seria o problema estratégico com que se viria a defrontar o governo após os episódios decisivos da demissão do general Frota, ministro do Exército, do afastamento do general Hugo de Abreu, chefe do Gabinete Militar da Presidência da República, e do esvaziamento da candidatura oposicionista do general Euler Bentes Monteiro. O indiscutível êxito traduzir-se-ia pela solução final, tranqüila, do processo sucessório. Mas armaria uma nova questão: como prosseguir depois, ante uma frente única de oposição?

A estratégia recomendaria, como requeria aliás, também, a própria intenção democratizante, pronta desarticulação do sistema oposicionista, propiciando-se o surgimento de múltiplas frentes distintas, em relação às quais voltasse a ser possível levar a cabo novo tipo, mais ampliado, da mesma manobra em posição central que fora penhor do êxito alcançado na fase anterior.

A heterogeneidade inata da oposição facilitaria alcançar-se tal objetivo, nem por isso menos essencial também ao progresso da própria causa democratizante e liberalizadora tão insistentemente patrocinada pelos setores mais articulados das elites nacionais, de longa data abeberadas nos velhos ideais individualistas e liberais. Em termos políticos, estaria aí, à disposição, a tese vigorosa do pluripartidarismo, instituído afinal pelas reformas dos fins de 1979.

Tal a situação política com que nos defrontamos hoje — o pluripartidarismo em processo: de afirmação legal, de um lado; de permeação de toda a sociedade nacional, de Norte a Sul, por outro lado, à busca de raízes definitivas e sólidas em bases municipais e estaduais.

Enquanto isso, no campo econômico, a batalha ingente contra a inflação e os sérios desequilíbrios do balanço de pagamentos prossegue incansável, sem a segurança ainda — embora não faltarem elementos objetivos para renovadas esperanças — de resultados promissores, na segunda metade deste ano.

"As dificuldades maiores da hora em que vivemos"

De qualquer forma, aprofunda-se o fosso de retardo cultural entre a marcha institucional para uma democracia, que se deseja mais progressista e liberal e participativa, e a rigidez da frente econômica, a exigir, esta, maior amplitude e eficiência dos controles governamentais.

O que faremos, então?

3 — DIFICULDADES DA HORA PRESENTE — 1980

Considerado o firme propósito governamental de prosseguir na abertura democrática liberalizante — irreversível, aliás, tudo o indica — com vistas à extensão, num segundo tempo, aos campos econômico e psicossocial desse processo descentralizador, cumpre salientar, quase que recapitulando o que já ficou dito, as dificuldades maiores da hora que vivemos:

— de um lado, as pressões contrárias, persistentes e fortes, que advêm, sobretudo, desde o campo econômico onde luta tenaz ainda se trava contra a inflação e os graves desequilíbrios da balança comercial e do balanço de pagamentos; e,

— de outro lado, as tendências dissociadoras e os impulsos de autoafirmação, tanto individual como de pequenos e grandes grupos, que se manifestam agora com singular efervescência, após tão longo período de compressão, e os quais não se limitando infelizmente à área da oposição — o que seria até antinatural — tornam cada vez mais difícil a condução de qualquer manobra política, pela indisciplina contagiante que permeia as hostes governamentais, muito mais numerosas e não menos heterogêneas.

O que pode prejudicar o processo de abertura

Paradoxo estranho parece, sem dúvida, o querer-se levar avante uma liberalização democratizante desde o campo político, logo agora quando tão negativas são as condições vigentes na área econômica, a reclamarem, insistentes, por controles mais amplos e efetivos e, pois, uma disciplina centralmente coordenada, com profundos reflexos em toda a estrutura governamental e social.

Em realidade, não nos resta outra opção.

Momentos muito mais favoráveis não foram, dantes, aproveitados, por motivos que aqui não nos cabe pesquisar. Mas isso, de qualquer forma, não justificaria o retardar-se ainda mais aquele processo descentralizador, já há muito reclamado como necessário e urgente. Além do que, as pressões contrárias, hoje fortes e quase insuportáveis; voltariam a acumular-se aceleradamente, pondo em risco a resistência de todo o sistema, nessa enorme panela de pressão em que, como já teria sido assinalado em tempos passados, veio a transformar-se o organismo nacional, após década e meia de crescente compressão.

Ademais, para quem vê, na democracia, muito mais ponderável e crítico, o fator "participação", criador e dinâmico, do que a plena garantia de liberdades, por mais fundamentais que sejam estas, forte é a confiança em que, com o passar do tempo — e não muito longo —, o próprio processo de aperfeiçoamento democrático, ora em curso, acabe por despertar compreensões e energias novas que venham a ajudar, decisivamente, o árduo esforço de saneamento e recuperação que se vem, a duras penas, exercendo no campo econômico.

Nem tampouco a ameaça da indisciplina dissociadora, no seio do partido governamental, deve atemorizar-nos, quanto mais paralisar a indispensável e inadiável ação descentralizadora e democratizante.



A doença do general, em 1975, alarmou toda a cúpula do governo Geisel

Nesta quadra de indefinições que antecede o registro formal e definitivo dos vários partidos políticos e, portanto, a reimplantação de novos flâmulos eficazes de fidelidade, a indisciplina, pode bem atuar mais energicamente no campo da oposição, já dissociada em vários partidos, desde que evitemos, de nossa parte, o exercício de certos tipos de pressões que possam determinar contraproducentes efeitos de aglutinação ante perigos comuns.

Como se vê, o momento é ainda de instabilidade e de preocupações múltiplas, requerendo ímpar mestria na condução política, boa dose de tolerância e capacidade de negociação.

4 — LINHAS MESTRAS DE UMA ESTRATÉGIA PARA O PODER EXECUTIVO (1980+5)

Destruída a polaridade, até então dominante, pela dissociação da frente oposicionista, novas perspectivas abrem-se, agora, à estratégia governamental com vistas à promoção, ainda, de um estilo de vida mais progressista e democrático.

Pela dissociação pluripartidária buscou-se melhor caracterização, individualização melhor das forças políticas, por meio de partidos mais homogêneos e mais autênticos em sua representatividade, acenando-se-lhes com o justo monopólio, entre eles e somente entre eles compartilhado da ação política, da qual são, de direito, os únicos instrumentos especializados. Antes, pela sua indefinição dentro de um só partido extremamente heterogêneo e a precariedade de uma insegura atuação isolada, as forças políticas oposicionistas acabariam por submergir-se em conglomerados mais amplos, que abarcariam desde organizações religiosas e parareligiosas, confundidas numa prática pastoral utopicamente restrita ao campo político, e associações profissionais e até mesmo pseudofilantrópicas, aparentemente não engajadas. Os verdadeiros agentes no campo político passaram a ser muito mais esses conglomerados do que o próprio partido único da oposição. E nesses conglomerados, pelo prestígio tradicional e proteção que poderiam oferecer, as organizações religiosas e parareligiosas assumiram posição relevante, quase hegemônica.

O ressurgimento da vida partidária, não só reconhecida esta como legítima, mas protegida e mesmo acatada pelo próprio governo, é de esperar-se que recoloque, afinal, os partidos em seu papel original de principais atores do campo político, fazendo refluir aos leitos de suas atividades específicas aquelas muitas entidades não políticas que haviam, extravasando de sua área operacional, usurpado espuriamente aquele mesmo papel como sucedâneos de partidos.

Até lá, porém, o quadro político oposicionista continuará ainda a ser uma miscelânea complexa em que se poderá distinguir uma frente pluripartidária cada vez mais definida e especializada, a par de frentes várias, auxiliares, que ainda se conservam ativas, com variável grau de autonomia e engajamento, no setor religioso, na área sindical, no campo das entidades de comunicação de massa, nos meios intelectuais etc. A radicalização menor, a maior liberalização do regime e tolerância do governo contribuirão largamente para que surjam fortes impulsos de atomização da frente oposicionista.

Dai, a possibilidade de um novo tipo de manobra em linhas interiores que traz, desde logo, à memória, os célebres dispositivos de expectativa estratégica, como em torno de Mântua sitiada e em cuja dinâmica bem articulada de distâncias e de tempo se apoiaria Bonaparte na magistral campanha da Itália, em 1796, para bater as forças inimigas, em sucessivas jornadas de glória.

Tratar-se-á, no nosso caso, de manter e ampliar uma área central de manobra, essencial à promoção, em tranquilidade e segurança, de nossos objetivos políticos, mediante a aplicação, em sucessão irregular, de golpes inopinados contra as várias frentes circundantes, cada uma de per si. Dessa forma, buscar-se-á balizar, desde logo, limites às ações adversárias permitidas, ampliando-se gradativamente, a seguir, nosso espaço de segurança e manobra. Será até mesmo uma situação pedagógica nos moldes do condicionamento de Skinner, reforçando-se a identificação daquilo que assegura compensações valiosas, em oposição às atitudes contraproducentes ou suicidas.

Na verdade, todos nós precisamos reeducar-nos para a convivência democrática. Assim, por exemplo, poder-se-ia: na frente militar, pôr desde logo um parapeito a pronunciamentos inconvenientes que possam ser interpretados como sinal de fraqueza do governo ou divisionismo nas Forças Armadas; depois na frente sindical, liquidar-se um vigoroso movimento grevista que, preferindo a opção revolucionária da confrontação a opção democrática da negociação, extravase para a contestação de caráter político, desmoralizando-lhes as principais lideranças e, também, os chefes de entidades auxiliares que, saindo de seu campo de ação legítimo e legal indevidamente se intrometam no episódio; mais tarde, na frente estudantil, desconhecer entidades não legalmente representativas, alianças estranhas de mestres e alunos e quaisquer pressões contestatórias em relação a medidas anunciadas pelas autoridades competentes, levando-as tranquilamente a seu termo; a seguir, na frente parlamentar, coibir manifestações agressivas e impróprias, apelando para as adequadas providências legais; finalmente, na frente dos meios de comunicação, reprimir atuação ilegal pelos meios que na justiça se ofereçam; e assim por diante, até alcançar um relativo clima de tranquilidade, conveniente à promoção do objetivo fundamental — a institucionalização de um sistema democrático mais aperfeiçoado e com imaneente capacidade de aperfeiçoar-se ainda mais. Para tanto, cuidar-se-á de consolidar e, se possível, ampliar as próprias forças, mantendo sempre dissociada a frente oposicionista, já agora, também pelo atendimento privilegiado das pretensões deste ou daquele partido ou grupo, em detrimento dos demais. E isso será tanto mais exequível, quanto mais nossos propósitos, sinceros, de liberalização democratizante incluam muitas das aspirações de outros partidos ou grupos, de maior afinidade conosco e cuja aliança ou apoio poderá vir a ser alcançado, numa hábil e esclarecida manobra de cooptação por partes.

**“Na verdade,
todos nós precisamos
reeducar-nos para
a vida democrática”**

Esta será, por outro lado, essencial à criação de nova correlação das forças políticas, seja no âmbito federal, seja no panorama dos Estados Federais, e de impulsos tais que permitam promover, com êxito e oportunidade, o avanço paralelo da descentralização também em campos bem mais resistentes como econômico, por exemplo. Até lá, espera-se que os principais obstáculos inerentes a este possam ter sido removidos ou, pelo menos, superados.

5 — CONCLUSÃO

A guisa de conclusão, digamos apenas que, a esta altura do ano de 1980 — junho-julho — e ainda com mais cinco anos pela frente, o governo Figueiredo pode, sem falso otimismo, almejar o cumprimento satisfatório de suas metas proclamadas:

- aperfeiçoamento do sistema democrático, tornado capaz, por si mesmo, de aperfeiçoar-se ainda mais, assegurado o salutar usufruto das franquias individuais e coletivas e implantado o exercício corrente e eficaz da atuação participativa de todos os cidadãos e grupos sociais na tomada das grandes decisões de interesse da coletividade nacional;

- descentralização adequada da sistemática de governo, com maior responsabilidade e iniciativa ampliada, garantidas aos Estados Federados e aos municípios, e estímulo crescente às atividades comunitárias;

- saneamento e fortalecimento do setor econômico, melhor protegido contra pressões adversas provenientes do Exterior e constituindo sólida infraestrutura tanto para a grandeza maior do Brasil-potência do século XXI, como para o florescimento de uma sociedade mais justa na distribuição da renda, bem mais rica e menos vulnerável a desgastantes crises periódicas;

- expansão cultural do País tanto no setor das ciências e técnicas como no das artes, mais solidamente estruturado o perfil nacional, indene, já então, a toda e qualquer forma de contactos e intercâmbio com outras culturas de além-mar ou além-cordilheira;

- maior projeção do País no Exterior, não só na defesa realista e objetiva dos interesses nacionais, mas ainda na promoção coletiva e solidária da paz e do progresso da humanidade.

E assim o esperamos, com paciência e com fé.



**Ele sempre combateu os
dissidentes militares,
como Hugo Abreu**



**O amigo de Portella
faz severas
críticas aos políticos**



**Golbery foi ao enterro
do general Rodrigo Octávio Jordão,
um de seus inspiradores**



**Já na administração passada,
no mesmo posto, ele alcançou
força de superministro**



**Com o presidente do PDS,
José Sarney, ele ainda
articula as forças governistas**



**Um homem que muitos
consideram enigmático, e que
parece cultivar essa imagem**

Pemedebista dá pouco valor à eleição direta devido à centralização econômica

Brasília — A conquista de Governos de Estado em 1982 por partidários da Oposição não significará vitória, nem tampouco mudanças radicais no país. Devido à excessiva centralização política e tributária da União, eles, ou se comporão com o Poder central, ou terão possibilidades mínimas de efetuarem uma administração que satisfaça ao seu eleitorado.

Esta tese, defendida pelo Deputado José Costa (PMDB-AL), baseia-se principalmente em palestra do Ministro-Chefe do Gabinete Civil da Presidência da República, General Golbery do Couto e Silva, proferida na Escola Superior de Guerra. Nela, o General discorre sobre a estratégia política dos Governos revolucionários, e mais especificamente sobre a abertura iniciada no final do Governo Geisel.

DESCENTRALIZAÇÃO

O General Golbery — lembra o Deputado José Costa — reconhece um período crescente de centralização político-administrativa a partir da Revolução de 1964, que criou um Super poder Executivo, anulando todos os outros. Esta centralização atingiu seu ponto máximo possível em 1970, trazendo em si o germe da descentralização. Isto é, atingiu o ponto suportável, e para manutenção do sistema foi necessário "puxar a válvula da panela de pressão". Para isto, criou-se um processo gradativo de decompressão política, que se convencionou chamar "abertura".

Ainda citando o Ministro Golbery, o Deputado José Costa lembrou que paralelamente à centralização política, o Estado passou a dominar a economia como um todo. "Criou um Estado paternalista e concentrou todos os recursos em suas mãos. Em função disto, todos os setores da vida nacional, em todas as situações, se viram obrigados a recorrer ao Poder central."

Desta forma, os Governos revolucionários utilizaram-se de uma política tributária concentracionista para manter os Estados e Municípios sob o seu poder. "Os prefeitos e vereadores tornaram-se meros gestores de folhas de pagamento", concluiu o Deputado.

A decompressão relativa na política a partir do Governo Geisel, entretanto, não teve contrapartida no plano econômico. Ainda citando a palestra do General Golbery, o Deputado José Costa lembra que ela aponta uma série de dificuldades para a abertura política — insucesso nas medidas de combate à inflação e controle do balanço de pagamentos e presença da "linha dura" dentro do Governo — mas que esta continuará. Entretanto, afirma que a abertura no campo econômico e psicossocial virá em outro momento, ainda não definido nas estratégias do Governo.

A abertura política, sem contrapartida de decompressão econômica, leva o Deputado alagoano a crer que as eleições para os Governos estaduais em 1982 não colocarão em risco o Governo central, e que são parte da estratégia da abertura.

O mesmo ocorreu — acentua — no caso da anistia, cujos riscos prováveis se amorteceram na Lei de Segurança Nacional. Como no caso da extinção dos

atos de exceção, substituídos pelas salvaguardas. Nas eleições para Governos estaduais, uma relativa descentralização política se anulará no centralismo econômico.

Assim, mesmo que as oposições conquistem todos os Governos de Estado em 1982, não terão nenhum poder de fato nas mãos. "Hoje todos os Estados são deficitários, e restam aos Governos oposicionistas apenas duas alternativas: ou recorrerão ao poder central para viabilizarem suas administrações, e assim obrigatoriamente comporão com a situação e se desacreditarão perante o eleitorado; ou não recorrerão, e não farão nada".

Ao cabo de quatro anos de governo oposicionista, o Governo federal poderá utilizar-se das limitações da própria estrutura tributária do país e mostrar à opinião pública a ineficácia dos Governos oposicionistas. "Daí, acontecerá a retomada dos Governos estaduais e dos municípios pelos atuais donos do poder, e teremos uma nova fase de centralização político-administrativa", conclui o Deputado.

FECHADURA

As eleições diretas para governadores em 1982, portanto, não trazem nenhuma perspectiva de alternância do poder político, pois o poder de fato está nas mãos da União — ressalta o Deputado. "O Governo quer realmente as eleições diretas, pois elas não ameaçam a estrutura de poder. O fundamental, para a manutenção do sistema, é manter a maioria na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, pois eles são o colégio eleitoral que elegerá o próximo Presidente da República. Para isto, fará eleições viciadas e arumará fórmulas casuísticas."

Uma vez que a perspectiva de mudança pela conquista de Governos estaduais não existe, o Deputado afirmou que a única alternativa pacífica existente "é a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte".

"A situação está insuportável, e poderá levar a um confronto, à luta armada. E acredito que ela até favoreça aos atuais detentores do poder", afirmou.

— Há uma outra hipótese, mais provável: um golpe de estado. E daí passamos a um processo de argentinização. E os indícios de endurecimento são muitos — concluiu o Deputado.